

aprova
concursos

TCE-PB

Auditor Conselheiro Substituto

Tribunal de Contas do Estado
da Paraíba



Edital **verticalizado**

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

- 1 Ética e moral.
- 2 Ética, princípios e valores.
- 3 Ética e democracia: exercício da cidadania.
- 4 Ética e função pública.
- 5 Ética no setor público.
- 6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.
 - 6.1 Disposições gerais.

- 6.2 Atos de improbidade administrativa.
- 7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).
- 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (pacotes Microsoft Office e BrOffice).
- 3 Redes de computadores.
 - 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.
 - 3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).
 - 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).
 - 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet.
 - 3.5 Grupos de discussão.
 - 3.6 Redes sociais.
 - 3.7 Computação na nuvem (cloud computing).
- 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.
- 5 Segurança da informação.
 - 5.1 Procedimentos de segurança.
 - 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais.
 - 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).
 - 5.4 Procedimentos de backup.
 - 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 Conceito, tipos e formas de controle.
- 2 Controle interno e externo.
- 3 Controle parlamentar.
- 4 Controle pelos tribunais de contas.
- 5 Controle administrativo.
- 6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa).
- 7 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una.

- 8 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.
- 9 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas.
- 10 Tribunal de Contas da União (TCU), tribunais de contas dos estados e Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- 11 Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.
- 11.1 Natureza, competência, jurisdição e organização.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

- 1 Constituição do Estado da Paraíba.
 - 1.1 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts. 70 a 77).
- 2 Lei nº 18/1993 e suas alterações (Lei Orgânica do TCE/PB).
- 3 Resolução Normativa TC nº 10/2010 (publicado em 9 de dezembro de 2020 no Diário Oficial Eletrônico), com as alterações definidas até a RN TC 07/2021 (Regimento Interno do TCE/PB).
- 4 Lei Complementar Estadual nº 58/2003 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

- 1 Orçamento público.
 - 1.1 Conceito
 - 1.2 Técnicas orçamentárias.
 - 1.3 Princípios orçamentários.
 - 1.4 Ciclo orçamentário.
 - 1.5 Processo orçamentário.
- 2 O orçamento público no Brasil.
 - 2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal.
 - 2.2 Plano plurianual.
 - 2.3 Diretrizes orçamentárias.
 - 2.4 Orçamento anual.
 - 2.5 Sistema e processo de orçamentação.
 - 2.6 Classificações orçamentárias.

- 2.7 Estrutura programática.
- 2.8 Créditos ordinários e adicionais.
- 3 Programação e execução orçamentária e financeira.
 - 3.1 Descentralização orçamentária e financeira.
 - 3.2 Acompanhamento da execução.
 - 3.3 Sistemas de informações.
 - 3.4 Alterações orçamentárias.
- 4 Receita pública.
 - 4.1 Conceito e classificações.
 - 4.2 Estágios.
 - 4.3 Fontes.
 - 4.4 Dívida ativa.
- 5 Despesa pública.
 - 5.1 Conceito e classificações.
 - 5.2 Estágios.
 - 5.3 Restos a pagar.
 - 5.4 Despesas de exercícios anteriores.
 - 5.5 Dívida flutuante e fundada.
 - 5.6 Suprimento de fundos.
- 6 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- 7 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e reforma do aparelho do Estado.
- 2 Administração pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático; o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador.
- 3 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.
- 4 Governo eletrônico; transparência da administração pública; controle social e cidadania; accountability.
- 5 Gestão por resultados na produção de serviços públicos.

- 6 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.
- 7 Administração de pessoal.
- 8 Administração de compras e materiais: processos de compras governamentais e gerenciamento de materiais e estoques.
- 9 Governabilidade e governança; intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).
- 10 Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos.
- 11 Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas.
- 12 As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo; descentralização e democracia; participação, atores sociais e controle social; gestão local, cidadania e equidade social.
- 13 Planejamento e avaliação nas políticas públicas.
 - 13.1 Conceitos básicos de planejamento.
 - 13.2 Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros.
 - 13.3 Formulação de programas e projetos.
 - 13.4 Avaliação de programas e projetos.
 - 13.5 Tipos de avaliação.
 - 13.6 Análise custo-benefício e análise custo-efetividade.
- 14 Gestão de projetos.
 - 14.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos.
- 15 Lei nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação).
- 16 Lei Complementar nº 131/2009 e suas alterações (Lei da Transparência).

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública.
 - 1.1 Conceitos.
 - 1.2 Elementos.
- 2 Direito administrativo.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Objeto.

2.3 Fontes.

2.4 Princípios do direito administrativo.

3 Ato administrativo.

3.1 Conceito, requisitos, elementos, atributos e classificação.

3.2 Mérito do ato administrativo.

3.3 Teoria das nulidades no direito administrativo.

3.4 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação.

3.5 Decadência administrativa.

4 Agentes públicos.

4.1 Legislação pertinente.

4.1.1 Lei Complementar Estadual nº 58/2003 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Paraíba).

4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis.

4.2 Disposições doutrinárias.

4.2.1 Conceito.

4.2.2 Cargo, emprego e função pública.

4.2.3 Provimento.

4.2.4 Vacância.

4.2.5 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.

4.2.6 Remuneração.

4.2.7 Direitos e deveres.

4.2.8 Responsabilidade.

4.2.9 Processo administrativo disciplinar.

4.2.10 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público.

4.2.11 Contratação temporária para atendimento de excepcional interesse público.

5 Poderes da administração pública.

5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

5.2 Abuso de poder.

6 Regime jurídico-administrativo.

6.1 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

7 Responsabilidade civil do Estado.

7.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.

- 7.2 Responsabilidade por omissão do Estado.
- 7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
- 7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 7.5 Reparação do dano.
- 7.6 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos.
- 8.1 Formas de prestação e meios de execução.
- 8.2 Delegação: concessão, permissão e autorização.
- 8.3 Princípios.
- 9 Organização administrativa.
- 9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.
- 9.2 Administração direta e indireta.
- 9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública.
- 10.1 Controle exercido pela administração pública.
- 10.2 Controle judicial.
- 10.3 Controle legislativo.
- 11 Licitações e contratos administrativos.
- 11.1 Legislação pertinente.
- 11.1.1 Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021, e respectivas alterações.
- 11.1.2 Lei nº 10.520/2002 e suas alterações e demais disposições normativas relativas ao pregão.
- 11.1.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).
- 11.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
- 11.2 Fundamentos constitucionais.
- 12 Lei nº 13.303/2016 e suas alterações (Lei das Estatais). Lei nº 8.987/1995 e suas alterações (Lei de Concessões).
- Lei nº 11.079/2004 e suas alterações (parcerias público-privadas).

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais.

2 Direitos e garantias fundamentais.

2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.

3 Organização político administrativa do Estado.

3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal e municípios.

4 Administração pública.

4.1 Disposições Gerais.

4.2 Servidores Públicos.

5 Poder Executivo.

5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.

6 Poder Legislativo.

6.1 Estrutura.

6.2 Funcionamento e atribuições.

6.3 Processo legislativo.

6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

6.5 Comissões parlamentares de inquérito.

7 Poder Judiciário.

7.1 Disposições gerais.

7.2 Órgãos do Poder Judiciário.

7.2.1 Organização e competências.

7.2.2 Conselho Nacional de Justiça.

7.2.2.1 Composição e competências.

8 Funções essenciais à justiça.

8.1 Ministério Público, Advocacia Pública.

8.2 Defensoria Pública.

9 Sistema Tributário Nacional.

9.1 Princípios gerais.

9.2 Impostos da União, dos Estados e dos municípios.

9.3 Repartição das receitas tributárias.

10 Finanças públicas.

- 10.1 Normas gerais.
- 10.2 Dos orçamentos.
- 11 Ordem econômica e financeira.
- 11.1 Princípios gerais da atividade econômica.
- 12 Ordem social.

DIREITO FINANCEIRO

- 1 Direito financeiro.
- 1.1 Conceito e objeto.
- 1.2 O direito financeiro na Constituição Federal de 1988.
- 1.2.1 Normas gerais e orçamento.
- 2 Despesa pública.
- 2.1 Conceito e classificação de despesa pública.
- 2.2 Disciplina constitucional dos precatórios.
- 3 Receita pública.
- 3.1 Conceito.
- 3.1.1 Ingresso e receitas.
- 3.2 Classificação das receitas públicas.
- 4 Orçamento público.
- 4.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.
- 4.2 Princípios orçamentários.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1 Seguridade social.
- 1.1 Conceito, organização e princípios.
- 2 Regime Geral de Previdência Social.
- 2.1 Segurados e dependentes.
- 2.2 Filiação e inscrição.
- 2.3 Carência.
- 2.4 Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas.
- 2.5 Salário de benefício.
- 2.6 Renda mensal inicial.
- 2.7 Reajustamento e revisão.

- 2.8 Prescrição e decadência.
- 2.9 Acumulação de benefícios.
- 3 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.
- 4 Legislação específica para regimes próprios.
 - 4.1 Constituição Federal de 1988: Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 103/2019 — Reforma da Previdência.
 - 4.2 Lei nº 9.717/1998 e suas alterações.
 - Lei nº 9.796/1999 e suas alterações.
 - Lei nº 10.887/2004 e suas alterações.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

- 1 Dos Crimes contra a administração pública: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral e dos crimes contra as finanças públicas.
- 2 Dos crimes contra a fé pública: da falsidade documental.
- 3 Lei nº 10.028/2000 e suas alterações.

CONTABILIDADE PÚBLICA

- 1 Conceituação, objeto e campo de aplicação.
- 2 Composição do patrimônio público.
 - 2.1 Patrimônio público.
 - 2.2 Ativo.
 - 2.3 Passivo.
 - 2.4 Patrimônio líquido.
 - 3 Variações patrimoniais.
 - 3.1 Qualitativas e quantitativas.
 - 3.2 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial.
 - 3.3 Resultado patrimonial.
 - 4 Mensuração de ativos.
 - 4.1 Ativo imobilizado.
 - 4.2 Ativo intangível.
 - 4.3 Reavaliação e redução ao valor recuperável.
 - 4.4 Depreciação, amortização e exaustão.
 - 5 Mensuração de passivos.

- 5.1 Provisões.
- 5.2 Passivos contingentes.
- 6 Sistema de custos no setor público.
 - 6.1 Aspectos legais do sistema de custos.
 - 6.2 Ambiente da informação de custos.
 - 6.3 Características da informação de custos.
 - 6.4 Terminologia de custos.
- 7 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- 8 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
 - 8.1 Balanço orçamentário.
 - 8.2 Balanço financeiro.
 - 8.3 Demonstração das variações patrimoniais.
 - 8.4 Balanço patrimonial.
 - 8.5 Demonstração de fluxos de caixa.
 - 8.6 Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
 - 8.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis.
 - 8.8 Consolidação das demonstrações contábeis.
- 9 Despesa pública: conceito, estágios e classificações.
- 10 Receita pública: conceito, estágios e classificações.
- 11 Execução orçamentária e financeira.
- 12 MCASP 9ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117/2021, publicada no DOU em 8/11/2021; Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119/2021, publicada no DOU em 8/11/2021; Portaria STN nº 1.131/2021, publicada no DOU em 8/11/2021).
- 13 Regime contábil. 14 Análise de balanços públicos.

CONTABILIDADE GERAL

- 1 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações e legislação complementar.
- 2 Lei nº 11.638/2007 e suas alterações e legislação complementar.
- 3 Lei nº 11.941/2009 e suas alterações e legislação complementar.
- 4 Lei nº 12.249/2010 e suas alterações e legislação complementar.
- 5 Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- 6 Demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- 6.1 Demonstração de fluxos de caixa (métodos direto e indireto).
- 6.2 Balanço patrimonial.
- 6.3 Demonstração do resultado do exercício.
- 6.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- 6.5 Demonstração do resultado abrangente.
- 7 Mensuração do valor justo.
- 8 Investimentos em coligadas e controladas.
- 9 Análise econômico-financeira.
 - 9.1 Indicadores de endividamento.
 - 9.2 Indicadores de estrutura de capitais.
 - 9.3 Análise vertical e horizontal.

AUDITORIA

- 1 Noções de orçamento público.
 - 1.1 Lei orçamentária anual.
 - 1.2 Lei de diretrizes orçamentárias.
 - 1.3 Plano plurianual.
 - 1.4 Lei de Responsabilidade Fiscal e suas alterações.
 - 1.5 Acordos de Basileia.
 - 1.6 Funções do Banco Central.
- 2 Noções de orçamento empresarial.
 - 2.1 Projeções de fluxos de caixa.
 - 2.2 Sustentabilidade.
 - 2.3 Ponto de equilíbrio.
 - 2.4 Análise de balanços empresariais.
- 3 Licitações e pregão Eletrônico.
 - 3.1 Normas gerais aplicáveis.
 - 3.2 Habilitação e impedimentos.
 - 3.3 Modalidades.
 - 3.4 Limites.
 - 3.5 Dispensa de licitação.
 - 3.6 Inexigibilidade de licitação.
 - 3.7 Tipos de licitação.

4 IN – STN nº 1/1997.

4.1 Convênios.

4.1.1 Celebração.

4.1.2 Liberação de recursos e execução.

4.1.3 Prestação de contas.

4.1.4 Encerramento.

4.1.5 Tomada de contas especial.

5 Decreto nº 6.170/2007 e suas alterações.

Portaria Interministerial nº 127/2008, publicada no DOU em 30/5/2008.

5.1 Transferências de recursos.

5.2 Tipos de instrumentos.

5.3 Chamamento público.

5.4 Apresentação de proposta.

5.5 Celebração de convênios.

5.6 Acompanhamento e fiscalização dos convênios.

5.7 Alterações nos planos de trabalho.

5.8 Projetos básicos e termos de referência.

5.9 Publicidade.

5.10 Liberação de recursos.

5.11 Contratação de terceiros.

5.12 Pagamentos.

5.13 Tomada de contas especial.

5.14 Padronização.

6 Técnicas de controle.

6.1 Controle externo.

6.2 O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal: finalidades, atividades, organização e competências (Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 3.591/2000, e respectivas alterações).

6.3 Controladoria.

6.3.1 Teoria dos sistemas aplicada às organizações.

6.3.2 Definição e funções da controladoria numa organização.

6.3.3 Aplicabilidade do conceito de controladoria à gestão pública.

6.4 A Metodologia de trabalho do Sistema de Controle Interno — SCI (Instrução Normativa SFC/MF nº 1/2001, publicada no DOU em 10/4/2001).

6.4.1 Objetivos e abrangência de atuação do SCI.

6.4.2 Técnicas de controle.

6.4.3 Formas e tipos.

6.4.4 Normas relativas à execução dos trabalhos.

6.4.5 Normas relativas à opinião do SCI.

6.4.6 Normas relativas ao controle interno administrativo.

6.4.7 Normas relativas à audiência do auditado.

6.4.8 Normas relativas à forma de comunicação.

6.4.9 Relatórios e pareceres de auditoria.

6.4.10 Planejamento das ações de controle interno.

NOÇÕES DE DIREITO EMPRESARIAL

1 Direito empresarial.

1.1 Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade.

1.2 Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.

2 Títulos de crédito.

2.1 Classificação dos títulos de crédito.

2.2 Letra de câmbio.

2.3 Nota promissória.

2.4 Cheque.

2.5 Duplicata.

3 Direito societário.

3.1 Sociedades simples e empresárias.

3.2 Sociedade limitada.

3.3 Sociedade anônima.

3.4 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

4 Contratos mercantis.

4.1 Características.

4.2 Compra e venda mercantil.

4.3 Franquia (franchising).

4.4 Contratos bancários impróprios: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (leasing), faturização (factoring).

5 Direito falimentar.

5.1 Lei nº 11.101/2005 e suas alterações.

5.2 Teoria geral do direito falimentar.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1 Sistema Tributário Nacional; limitações do poder de tributar; princípios do direito tributário; imunidade tributária.

2 Tributo: espécies de tributos; imposto; taxa; contribuição de melhoria; empréstimo compulsório; contribuição.

3 Competência tributária; exercício da competência tributária.

4 Obrigação tributária: obrigação principal e acessória.

5 Crédito tributário: suspensão, extinção e exclusão de crédito tributário.

6 Lei nº 6.830/1980 e suas alterações (execução fiscal).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova